

Pré
Revisão
Gratuito

17 a 21 de AGOSTO



LDB E CONSTITUIÇÃO FEDERAL

17 AGOSTO - Prof. Carlinhos Costa

(Instituto Consulplan -2025- Prefeitura de Carangola - Monitor Escolar)

Sobre o que dispõe a Constituição Federal de 1988 na educação, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

() Atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

() Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

() Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

() Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

01. A sequência está CORRETA em:

A. F, V, F, F, V.

B. V, F, F, V, F.

C. V, F, V, V, F.

D. F, V, V, F, V.

(Avança SP - 2025 - Prefeitura de Caieiras - SP - Coordenador Pedagógico)

Por meio da Constituição Federal, é possível compreender alguns aspectos acerca da dimensão social e política do papel do professor e do gestor educacional dentro da concepção da educação no contexto nacional.

02. Ao analisar as ações propostas constitucionalmente, qual a concepção que o atendimento escolar deve apresentar?

A. Descentralização.

B. Centralização.

C. Melhoria.

D. Universalização.

E. Promoção.

(Instituto Consulplan - 2024 - Prefeitura de Além Paraíba - MG - Monitor de Creche)

03. O capítulo III da Constituição Federal de 1988 versa sobre Educação, Cultura e Desporto. Sobre esses dispositivos da Constituição Federal, na parte referente à Educação, assinale a afirmativa CORRETA:

A. Art. 212: percentagem de receita que os Estados e Municípios deverão aplicar na educação, anualmente.

B. Art. 206: princípios nos quais o ensino será baseado, sendo um deles: pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

C. Art. 208: garantia de efetivação da educação no tocante ao atendimento ao educando, nas etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar e transporte.

D. Art. 205: "a educação, dever de todos e direito do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

(IBEC - 2024 - Prefeitura de Potiraguá - BA - Auxiliar de Classe)

O artigo 206 da Constituição estabelece que a liberdade de "aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento" é um princípio estruturante do sistema nacional de educação, bem como o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

Sobre a Liberdade de ensinar e apreender, analise as afirmativas abaixo:

I. Respeitar o projeto pedagógico,

II. Cumprir com o currículo escolar,

III. Envolver comunidade na gestão escolar.

04. Nessas condições, assinale a alternativa CORRETA:

A. Somente I e II estão corretas.

- B. Somente III está correta.
- C. Somente I e III estão corretas.
- D. Todas as alternativas estão corretas.
- E. Nenhuma das alternativas.

(FGV - 2026 - NAV Brasil – Psicólogo)

Uma empresa instituiu uma universidade corporativa com o objetivo de promover a qualificação contínua de seus trabalhadores. Os programas formativos incluíam cursos realizados no próprio ambiente de trabalho, oficinas presenciais, atividades em plataformas digitais e ações de desenvolvimento profissional voltadas às necessidades organizacionais. Além disso, a empresa firmou parceria com uma instituição de ensino para que conhecimentos e competências adquiridos ao longo da experiência profissional dos participantes possam ser avaliados e reconhecidos para fins de certificação e continuidade dos estudos.

Com base no caso e nas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), avalie as afirmativas a seguir:

I. O reconhecimento das competências desenvolvidas pelos trabalhadores ao longo de sua experiência profissional é compatível com a previsão legal de avaliação, reconhecimento e certificação de conhecimentos adquiridos na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho.

II. A ideia de que a empresa assuma integralmente a formação profissional dos trabalhadores está em consonância com a LDB, que atribui às organizações a responsabilidade educacional antes exercida pelos sistemas formais de ensino.

III. A oferta de cursos, atividades formativas e programas de atualização no ambiente de trabalho encontra respaldo na LDB, que admite diferentes estratégias de formação continuada para a qualificação profissional.

05. Está CORRETO o que se afirma em:

- A. I, apenas.
- B. I e II, apenas.
- C. I e III, apenas.
- D. II e III, apenas.
- E. I, II e III.

(FGV - 2026 - NAV Brasil – Psicólogo)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (Lei nº 9.394/96) dedica um capítulo próprio à educação profissional e tecnológica, definindo sua posição na estrutura da educação nacional.

06. Assinale a opção que descreve corretamente essa posição, nos termos da LDB.

A. Modalidade que se integra aos diferentes níveis de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

B. Nível de ensino próprio, situado entre o ensino médio e a educação superior na estrutura da educação nacional.

C. Etapa terminal de escolarização, destinada a encerrar a trajetória formativa com a inserção no mercado de trabalho.

D. Formação reservada à rede federal de ensino, à qual compete com privatividade a oferta de cursos técnicos.

E. Modalidade substitutiva da formação geral, que troca os conteúdos do ensino médio pela preparação para ocupações.

(INSTITUTO AOCP - 2026 - Prefeitura de Vitória da Conquista - BA – Pedagogo)

Durante uma reunião pedagógica, a equipe escolar debate aspectos relacionados ao planejamento docente, à avaliação da aprendizagem e à formação de profissionais da educação. O objetivo é alinhar as práticas institucionais às disposições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) – LDB.

07. Nesse contexto, com base na LDB e nas atribuições dos docentes e da organização da educação básica, assinale a alternativa CORRETA:

A. O plano de trabalho docente pode ser elaborado com menor articulação à proposta pedagógica da instituição de ensino.

B. A avaliação na educação infantil possui como referência o ingresso no ensino fundamental, mediante registro do desenvolvimento da criança.

C. A avaliação da aprendizagem pode considerar o desempenho do estudante ao longo do período letivo, com ênfase em aspectos qualitativos.

D. A formação para funções de administração, planejamento e orientação educacional ocorre especialmente em cursos de pós-graduação.

E. Os critérios de avaliação escolar podem atribuir maior peso aos resultados de provas finais no acompanhamento do rendimento do estudante.

(INSTITUTO AOCP - 2026 - IF-CE - Pedagogia - Área)

08. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, que estabelece princípios e diretrizes para a organização da educação nacional, assinale a alternativa CORRETA:

A. A educação escolar é responsabilidade exclusiva da União, cabendo aos estados e municípios apenas executar as políticas educacionais definidas pelo governo federal.

B. A educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, considerando a formação integral do educando.

C. A educação básica é composta apenas pela educação infantil e pelo ensino fundamental, sendo o ensino médio considerado etapa facultativa da escolarização.

D. O acesso à educação básica obrigatória é direito restrito às crianças em idade escolar, não se estendendo aos jovens e adultos que não tiveram acesso na idade própria.

E. A organização da educação nacional dispensa a colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE

18 AGOSTO - Prof. William Dornela

Uma equipe de referência de um CRAS do Distrito Federal iniciou o acompanhamento da família de Joana, trabalhadora informal e responsável por dois filhos e pela mãe idosa. Durante a acolhida, foram identificadas insegurança alimentar, risco de perda da moradia, baixa frequência escolar do adolescente, tratamento de saúde interrompido da criança e dificuldades de mobilidade da idosa.

No âmbito do PAIF, assistente social, psicólogo e pedagogo realizaram reuniões para interpretar conjuntamente as demandas, relacionando suas diferentes dimensões e definindo um plano de acompanhamento familiar, sem descaracterizar as atribuições profissionais de cada área.

Considerando que parte das necessidades ultrapassava o campo socioassistencial, o CRAS articulou ações com a unidade básica de saúde, a escola pública, o órgão responsável pela política habitacional e o serviço de inclusão produtiva. Entretanto, os primeiros encaminhamentos ocorreram sem retorno entre os serviços. A família precisou repetir sua história em diferentes unidades, recebeu orientações pouco convergentes e foi convocada para atividades em horários coincidentes.

Diante dessa situação, a equipe propôs

reuniões periódicas entre os serviços, definição de objetivos comuns, distribuição de responsabilidades, criação de fluxos de referência e contrarreferência e acompanhamento conjunto dos resultados, respeitando as competências institucionais e o sigilo das informações.

01. Considerando a temática da interdisciplinaridade e da intersectorialidade no trabalho socioassistencial, as ações descritas no estudo de caso demonstram que:

A. A reunião entre profissionais do CRAS constitui uma ação intersectorial, enquanto a articulação com saúde, educação e habitação expressa uma prática interdisciplinar orientada pelo território.

B. A elaboração conjunta do plano familiar corresponde à intersectorialidade, enquanto os encaminhamentos para outras políticas representam a interdisciplinaridade na gestão do atendimento.

C. A análise construída pelos profissionais do CRAS caracteriza a interdisciplinaridade, enquanto a articulação entre assistência social, saúde, educação, habitação e trabalho concretiza a intersectorialidade.

D. A interdisciplinaridade concentra-se na distribuição das demandas entre os profissionais, enquanto a intersectorialidade de-

corre da reunião das informações em um prontuário comum.

E. A interdisciplinaridade e a intersectorialidade identificam o mesmo processo de integração, diferenciando-se conforme o nível de complexidade das demandas apresentadas pela família.

02. À luz da intersectorialidade na Política Nacional de Assistência Social e no SUAS, a estratégia mais adequada para superar a fragmentação observada no atendimento da família consiste em:

A. Atribuir ao CRAS a coordenação técnica das intervenções realizadas pelas demais políticas, de modo a alinhar as decisões institucionais às prioridades do acompanhamento familiar.

B. Organizar encaminhamentos individualizados para cada serviço e concentrar no prontuário do CRAS a avaliação dos resultados alcançados pelas demais políticas públicas.

C. Transferir para cada serviço as demandas relacionadas ao seu campo de atuação e manter o acompanhamento socioassistencial direcionado às necessidades de renda e convivência familiar.

D. Elaborar um protocolo uniforme de atendimento para que os serviços adotem procedimentos semelhantes, ainda que preservem planejamentos e avaliações institucionais independentes.

E. Construir fluxos pactuados, objetivos comuns e mecanismos de referência e contrarreferência, com responsabilidades definidas e acompanhamento compartilhado das demandas.

03. Considerando a interdisciplinaridade no trabalho da equipe de referência do SUAS, a elaboração do plano de acompanhamento da família deve ocorrer mediante:

A. Formulação de avaliações profissionais sucessivas, posteriormente reunidas pelo assistente social para definir as prioridades e organizar as intervenções da equipe.

B. Diálogo entre os diferentes saberes profissionais, com análise conjunta das necessidades da família e preservação das competências técnicas e éticas de cada profissão.

C. Adoção de uma interpretação comum das demandas, com aproximação dos procedimentos técnicos utilizados pelos profissionais envolvidos no acompanhamento.

D. Divisão das demandas conforme a formação dos profissionais, seguida da execução paralela das intervenções previstas no planejamento inicial.

E. Definição das ações com base na área profissional mais relacionada à demanda predominante, incorporando posteriormente as contribuições das demais especialidades.

04. De acordo com a temática da intersectorialidade e da avaliação das ações em rede, o acompanhamento dos resultados do plano construído para a família deverá considerar:

A. A quantidade de encaminhamentos realizados pelo CRAS e a frequência da família aos serviços, tomando esses registros como expressão suficiente da integração da rede.

B. O cumprimento das atividades atribuídas à família, com revisão das ações quando sua participação não corresponder às condições estabelecidas pelos serviços.

C. A redução da procura da família pelo CRAS, associada à transferência progressiva do acompanhamento para os setores relacionados às demandas identificadas.

D. O acesso efetivo aos direitos, a continuidade dos atendimentos, a comunicação entre os serviços e os efeitos das ações articuladas sobre as vulnerabilidades identificadas.

E. A execução das atribuições específicas de cada setor, considerando os resultados institucionais de forma separada para preservar a autonomia das políticas envolvidas.

Uma equipe de um Centro POP do Distrito Federal iniciou o acompanhamento de Renato, de 47 anos, em situação de rua havia quatro anos. Durante os primeiros atendimentos, foram identificados perda dos documentos civis, interrupção de tratamento de saúde, ausência de renda regular, rompimento parcial dos vínculos familiares e interesse em retomar a atividade profissional como cozinheiro.

Inicialmente, os profissionais realizaram atendimentos separados, o que levou Renato

a repetir sua trajetória diversas vezes e gerou registros com prioridades distintas. Após discussão da equipe, assistente social, psicólogo e pedagogo construíram uma avaliação integrada, preservando suas competências profissionais e incluindo Renato na definição do plano de acompanhamento.

A equipe articulou ações com a rede de saúde, o órgão de identificação civil, o serviço público de emprego, a política habitacional e a Defensoria Pública. Durante as tratativas, surgiram impasses: o serviço de emprego solicitava comprovante de residência; o atendimento habitacional indicava a necessidade de renda mínima; e a unidade de saúde condicionava alguns encaminhamentos à adesão prévia ao tratamento.

Diante disso, a equipe propôs um plano articulado que permitisse o desenvolvimento simultâneo das ações, com responsabilidades definidas, comunicação entre os serviços e participação de Renato nas decisões. Também foi discutida a necessidade de compartilhar informações relevantes sem divulgar aspectos de sua trajetória que não contribuíssem para a intervenção de cada setor.

05. Considerando a temática da interdisciplinaridade e da intersectorialidade, a reorganização do acompanhamento de Renato demonstra que:

- A.** A construção conjunta da avaliação pelos profissionais caracteriza interdisciplinaridade, enquanto a articulação entre diferentes políticas e instituições expressa intersectorialidade.
- B.** A reunião dos registros profissionais representa intersectorialidade, enquanto o encaminhamento de Renato para diferentes serviços configura interdisciplinaridade.
- C.** A atuação dos profissionais do Centro POP caracteriza intersectorialidade por reunir diferentes especialidades, enquanto a relação com os demais serviços corresponde à integração administrativa.
- D.** A interdisciplinaridade decorre da definição de um profissional responsável por compatibilizar os pareceres, enquanto a intersectorialidade resulta da formalização dos encaminhamentos.
- E.** A interdisciplinaridade ocorre quando os profissionais adotam procedimentos semelhantes, enquanto a intersectorialidade se

estabelece pela ampliação do número de serviços acionados.

06. À luz da Política Nacional de Assistência Social e da temática da intersectorialidade, a resposta mais adequada aos impasses apresentados pelos serviços consiste em:

- A.** Estabelecer uma sequência de atendimentos iniciada pela saúde, seguida pela emissão dos documentos e pelo acesso às políticas de trabalho, renda e habitação.
- B.** Concentrar no Centro POP a resolução das demandas imediatas e acionar as políticas setoriais após a estabilização das condições pessoais e econômicas de Renato.
- C.** Adequar o plano de acompanhamento aos requisitos de ingresso de cada serviço, organizando a participação de Renato conforme a ordem das exigências institucionais.
- D.** Pactuar ações simultâneas e responsabilidades compartilhadas, evitando que as exigências de um setor impeçam o acesso aos direitos ofertados pelos demais.
- E.** Encaminhar os impasses aos órgãos gestores das políticas envolvidas e manter o acompanhamento socioassistencial direcionado à documentação e à reconstrução dos vínculos familiares.

07. Considerando a interdisciplinaridade e a intersectorialidade no SUAS, o compartilhamento de informações sobre Renato deverá:

- A.** Reunir os registros produzidos por todos os profissionais em um documento comum, disponibilizado aos serviços envolvidos para uniformizar a compreensão do caso.
- B.** Limitar-se às informações pertinentes aos objetivos pactuados, observando o sigilo profissional, a finalidade da intervenção e a participação do usuário.
- C.** Priorizar os aspectos relacionados à permanência nas ruas, pois esses dados permitem que a rede avalie a disposição do usuário para aderir às intervenções propostas.
- D.** Ocorrer por meio de relatos completos sobre a trajetória do usuário, de modo que cada setor possa selecionar as informações relacionadas às suas atribuições.
- E.** Ser definido pelo serviço responsável pela coordenação do caso, considerando as in-

formações que possam favorecer a continuidade dos encaminhamentos.

08. De acordo com a temática da interdisciplinaridade e da intersectorialidade, a avaliação do plano de acompanhamento deverá considerar como principal evidência de efetividade:

A. A quantidade de serviços mobilizados e o número de atendimentos realizados por cada profissional durante o período de acompanhamento.

B. O cumprimento das exigências institucionais por Renato e sua permanência nas atividades indicadas pelos diferentes serviços.

C. A elaboração de relatórios profissionais convergentes e a redução das divergências técnicas entre os integrantes da equipe de referência.

D. A conclusão dos encaminhamentos definidos pelo Centro POP e a diminuição da demanda apresentada aos profissionais da unidade.

E. A ampliação do acesso aos direitos, os avanços definidos com o usuário e a capacidade da rede de responder às demandas de maneira articulada.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

19 AGOSTO - Prof. Fernando Sousa

(Ano: 2026 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: Prefeitura de Vitória da Conquista - BA Prova: INSTITUTO AOCP - 2026 - Prefeitura de Vitória da Conquista - BA - Instrutor de Artes: Artesanato)

LEGISLAÇÃO-BASE: Lei nº 8.742/1993, especialmente o art. 1º.

01. De acordo com Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e suas atualizações, assinale a alternativa que descreve corretamente uma norma fundamental.

A. A assistência social será prestada mediante contribuição prévia dos beneficiários, seguindo a lógica do seguro previdenciário para garantir o acesso aos serviços.

B. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é destinado exclusivamente a idosos e pessoas com deficiência que comprovem renda familiar per capita superior a um salário-mínimo.

C. A assistência social organiza-se pelos princípios da centralização político-administrativa e do comando único por parte do Governo Federal.

D. A assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado, sendo uma política não contributiva que deve ser prestada a quem dela necessitar.

E. O atendimento na assistência social é condicionado à participação prévia da fa-

mília em programas de educação básica e profissionalização obrigatória.

(Ano: 2026 Banca: FGV Órgão: NAV Brasil Prova: FGV - 2026 - NAV Brasil - Assistente Social)

LEGISLAÇÃO-BASE: Lei nº 8.742/1993, art. 4º. Considere a seguinte situação.

Em um equipamento de assistência social, um requerente é orientado a expor publicamente, diante de outros usuários, detalhes íntimos de sua situação de pobreza para provar que precisa do benefício. Um assistente social interrompe o procedimento por contrariar princípio expresso da LOAS.

02. O princípio violado é o do(a):

A. Caráter democrático e descentralizado da gestão das ações socioassistenciais.

B. Centralidade da família na concepção e implementação dos benefícios, serviços e programas.

C. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza.

D. Respeito à dignidade do cidadão, com vedação de qualquer comprovação vexatória de necessidade.

E. Sigilo absoluto das informações, vedada sua partilha com a equipe do serviço.

(Ano: 2026 Banca: Instituto Fênix Órgão: Prefeitura de Mariópolis - PR Prova: Instituto Fênix - 2026 - Prefeitura de Mariópolis - PR - Educador/Cuidador Social)

LEGISLAÇÃO-BASE: Lei nº 8.742/1993, arts. 2º e 3º.

Em um serviço de acolhimento, a equipe técnica orienta os profissionais sobre a diferença entre objetivos da assistência social, tipos de entidades socioassistenciais e princípios previstos na LOAS.

Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), analise as assertivas a seguir:

I. A proteção social, como objetivo da assistência social, abrange a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, além de incluir ações como integração ao mercado de trabalho e habilitação ou reabilitação de pessoas com deficiência.

II. A vigilância socioassistencial tem como finalidade organizar benefícios e serviços conforme critérios de rentabilidade econômica, priorizando famílias que apresentem maior retorno social às políticas públicas.

III. As entidades de assessoramento atuam de forma continuada, permanente e planejada, voltadas prioritariamente ao fortalecimento dos movimentos sociais, das organizações de usuários e à formação de lideranças.

03. Está(ão) CORRETA(S):

A. Apenas I e II.

B. Apenas II.

C. Apenas I e III.

D. I, II e III.

(Ano: 2026 Banca: CONSULPAM Órgão: Prefeitura de Pindorama - SP Prova: CONSULPAM - 2026 - Prefeitura de Pindorama - SP - Coordenador do CRAS)

LEGISLAÇÃO-BASE: Lei nº 8.742/1993, art. 6º-F, e regulamentação federal do CadÚnico.

04. Acerca do Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, conforme as disposições gerais estabelecidas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, é CORRETO afirmar que:

A. A inscrição no CadÚnico é estritamente facultativa para o acesso a todo e qualquer programa social do governo federal, sendo vedada a sua exigência obrigatória em regulamento.

B. O CadÚnico é um registro de natureza confidencial e física, cuja única finalidade é o repasse imediato de benefícios financeiros, sem previsão legal para o processamento de dados socioeconômicos.

C. As informações coletadas pelo CadÚnico que caracterizem a condição socioeconômica e territorial das famílias serão objeto de checagem em outras bases de dados, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

D. A identificação de pessoas que necessitem de inscrição no CadÚnico é de competência exclusiva dos agentes públicos, sendo proibida qualquer forma de cooperação da sociedade civil para esse fim.

(Ano: 2026 Banca: Instituto Fênix Órgão: Prefeitura de Mariópolis - PR Prova: Instituto Fênix - 2026 - Prefeitura de Mariópolis - PR - Auxiliar de Educador/Cuidador Social)

LEGISLAÇÃO-BASE: Lei nº 8.742/1993, arts. 4º e 5º; PNAS/2004.

A Política Nacional de Assistência Social estabelece princípios e diretrizes para a organização das ações socioassistenciais.

Sobre esse tema, analise as assertivas a seguir:

I. A assistência social deve observar a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.

II. A organização da assistência social deve adotar a descentralização político-administrativa, com comando único das ações em cada esfera de governo.

III. A centralidade na família orienta a concepção e a implementação de benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais.

05. Está(ão) CORRETA(S):

A. Apenas I e II.

B. Apenas II e III.

C. Apenas I.

D. I, II e III.

EIXO 2 | PNAS/2004 E CONCEITOS ESTRUTURANTES DA PROTEÇÃO SOCIAL

Usuários, vulnerabilidade, matricialidade sociofamiliar, territorialização, intersectorialidade e controle social

Legislação estruturante: Resolução CNAS

nº 145/2004 (PNAS/2004) e Resolução CNAS nº 33/2012.

Questões 06 a 10:

(Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: Prefeitura de Canaã dos Carajás - PA Prova: FGV - 2025 - Prefeitura de Canaã dos Carajás - PA - Educador Social)

LEGISLAÇÃO-BASE: Resolução CNAS nº 145/2004 (PNAS/2004), item referente aos usuários.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece que os cidadãos e os grupos sociais que se incluem entre seus usuários são aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco.

06. As opções a seguir apresentam grupos que se enquadram nas condições acima, à exceção de uma. Assinale-a:

- A. Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade.
- B. Indivíduos portadores de desvantagens pessoais resultantes de deficiências.
- C. Trabalhadores do campo e da cidade que conseguem alguma estabilidade econômica.
- D. Indivíduos com inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho.
- E. Pessoas de identidades étnicas, culturais ou sexuais estigmatizadas.

(Ano: 2026 Banca: Avançar SP Órgão: Prefeitura de Jeriquara - SP Prova: Avançar SP - 2026 - Prefeitura de Jeriquara - SP - Assistente Social)

LEGISLAÇÃO-BASE: Resolução CNAS nº 145/2004 (PNAS/2004), eixo da matricialidade sociofamiliar.

A PNAS estrutura a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em eixos estruturantes que orientam a operação da política.

07. O princípio fundamental que reconhece a família como núcleo central da ação protetiva e foco de atenção do sistema, independentemente dos arranjos familiares, constitui o eixo da:

- A. Regionalização.
- B. Intersetorialidade.
- C. Matricialidade.
- D. Seletividade.
- E. Focalização.

(Ano: 2026 Banca: IGEDUC Órgão: Prefeitura de Riacho das Almas - PE Prova: IGEDUC - 2026 - Prefeitura de Riacho das Almas - PE - Assistente Social)

LEGISLAÇÃO-BASE: Resolução CNAS nº 145/2004 (PNAS/2004), matricialidade sociofamiliar.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) estabelece eixos estruturantes para a organização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Um desses eixos é a matricialidade sociofamiliar.

Analise as afirmativas a seguir sobre este conceito:

- I. A matricialidade sociofamiliar preconiza a família como núcleo social fundamental para a efetividade das ações e serviços da assistência social, superando a focalização isolada no indivíduo descontextualizado.
- II. A matricialidade sociofamiliar implica que a família deve assumir sozinha toda a responsabilidade pela proteção social de seus membros, isentando o Estado de prover serviços quando houver parentes capazes de trabalhar.
- III. O fortalecimento de vínculos familiares e comunitários é uma decorrência lógica da matricialidade, visando prevenir situações de risco e ruptura a partir do trabalho social com as famílias em seu território.

08. Está CORRETO o que se afirma em:

- A. I, II e III.
- B. I e II apenas.
- C. I e III apenas.
- D. II apenas.

(Ano: 2026 Banca: Unesc Órgão: Prefeitura de Nova Veneza - SC Prova: Unesc - 2026 - Prefeitura de Nova Veneza - SC - Assistente Social)

LEGISLAÇÃO-BASE: Resolução CNAS nº 145/2004 (PNAS/2004), matricialidade sociofamiliar.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) introduz o conceito de matricialidade sociofamiliar como eixo estruturante do SUAS.

Com base neste conceito, analise as assertivas a seguir:

- I. A matricialidade sociofamiliar implica a centralidade da família como núcleo social

fundamental para a efetividade das ações e serviços da assistência social.

II. A família é concebida apenas em seu formato nuclear tradicional (pai, mãe e filhos), excluindo-se outros arranjos familiares das proteções afiançadas.

III. O trabalho social com famílias deve ultrapassar o caráter focalista e individualizado, compreendendo o indivíduo em seu contexto relacional e territorial.

09. Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

- A. II.
- B. I.
- C. II e III.
- D. I e II.
- E. I e III.

(Ano: 2026 Banca: FUNDATEC Órgão: Prefeitura de Getúlio Vargas - RS Prova: FUNDATEC - 2026 - Prefeitura de Getúlio Vargas - RS - Orientador Social)

LEGISLAÇÃO-BASE: Resolução CNAS nº 33/2012 (NOB-SUAS).

No âmbito do SCFV, a orientadora social Vitória participa de uma reunião de equipe sobre a organização da rede socioassistencial no território. Durante a discussão, foram abordados princípios estruturantes do Suas, especialmente aqueles relacionados à territorialização, à matricialidade sociofamiliar e à participação social.

10. Com base na NOB-SUAS, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. A territorialização no Suas considera as vulnerabilidades, as potencialidades e as especificidades presentes nos territórios de atuação.
- B. A matricialidade sociofamiliar reconhece a família como núcleo central de referência para a organização das ações socioassistenciais.
- C. A participação social no Suas ocorre por meio de instâncias de controle social, como os Conselhos de Assistência Social e as Conferências.
- D. O planejamento das ações socioassistenciais no Suas deve ocorrer de forma centralizada exclusivamente pela União.

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO SUAS

20 AGOSTO - Prof. Guilherme A.

Em um CRAS, o pedagogo participa da análise das ações desenvolvidas com famílias acompanhadas pelo PAIF. A equipe identifica que as oficinas têm boa frequência, mas permanecem organizadas em torno de palestras sobre direitos e deveres, com baixa participação dos usuários na definição dos temas e pouca relação entre os conteúdos abordados e as experiências concretas do território. O pedagogo propõe reorganizar o trabalho, preservando a intencionalidade técnica das ações, mas ampliando escuta, problematização e participação das famílias.

01. Considerando a dimensão pedagógica do trabalho no SUAS, assinale a alternativa CORRETA:

A. A proposta mostra-se inadequada porque a participação dos usuários na definição dos temas tende a deslocar a responsabilidade técnica da equipe, cabendo ao pedagogo estabelecer previamente conteúdos socioeducativos uniformes que assegurem tra-

tamento equivalente às famílias atendidas.

B. A reorganização proposta é pertinente, desde que o pedagogo converta as oficinas em espaços predominantemente formativos, estruturados segundo conteúdos sequenciados e mecanismos de verificação da aprendizagem, aproximando a educação socioassistencial da organização pedagógica característica da educação formal.

C. A proposta é coerente com a dimensão pedagógica do SUAS, pois articula intencionalidade profissional e participação dos usuários, reconhecendo que a ação socioeducativa pode favorecer reflexão crítica, autonomia, acesso a direitos e fortalecimento de vínculos sem reproduzir uma lógica de escolarização formal.

D. A baixa participação nas discussões não representa problema relevante para a proteção social, desde que a frequência permaneça satisfatória e as informações consideradas necessárias pela equipe se-

jam transmitidas regularmente às famílias acompanhadas.

E. A adoção de práticas dialógicas é pertinente em ações comunitárias, mas apresenta menor adequação no PAIF, considerando que o acompanhamento familiar demanda intervenções técnicas estruturadas a partir das necessidades previamente identificadas pelos profissionais.

Em uma Unidade de Acolhimento para adolescentes, o pedagogo identifica que a rotina foi estruturada pelos adultos com horários rígidos e baixa participação dos acolhidos nas decisões cotidianas. Embora a organização institucional seja necessária, o profissional propõe assembleias periódicas, participação dos adolescentes na elaboração de combinados de convivência e atividades relacionadas à construção de projetos de vida, sem afastar as responsabilidades protetivas da equipe.

02. À luz da dimensão pedagógica da proteção social de alta complexidade, assinale a alternativa CORRETA:

A. A proposta tende a produzir excessiva horizontalização das relações institucionais, pois o acolhimento exige que as decisões sobre organização cotidiana permaneçam concentradas na equipe responsável pela proteção dos adolescentes.

B. A participação dos acolhidos pode integrar a organização da unidade, desde que se concentre nas atividades culturais e recreativas, uma vez que decisões relativas à convivência possuem natureza técnico-institucional e demandam maior centralização profissional.

C. A proposta possui pertinência pedagógica, embora a construção de projetos de vida deva ser desenvolvida prioritariamente pela escola, cabendo à Unidade de Acolhimento concentrar suas ações na segurança, cuidado e atendimento das necessidades imediatas.

D. A proposta é coerente com uma perspectiva protetiva e socioeducativa, pois a participação nas decisões compatíveis com a idade e o desenvolvimento pode favorecer autonomia progressiva, convivência, responsabilização e preparação para a vida

comunitária, sem transferir aos adolescentes as responsabilidades próprias da equipe.

E. As assembleias constituem instrumento adequado para democratizar integralmente a gestão da unidade, possibilitando que adolescentes e profissionais compartilhem em condições equivalentes as decisões técnicas relacionadas ao acolhimento e aos respectivos planos de atendimento.

Ao monitorar um projeto socioeducativo destinado a adolescentes, o pedagogo constata que 85% das atividades previstas foram executadas e que a frequência média foi elevada. Entretanto, registros dos encontros apontam reduzido protagonismo dos participantes, pouca formação de vínculos entre eles e baixa utilização dos serviços territoriais após as oficinas. A coordenação considera o projeto bem-sucedido em razão dos indicadores de execução.

03. Diante dessa situação, assinale a alternativa que melhor expressa a contribuição do pedagogo para o monitoramento e a avaliação.

A. O pedagogo deve reconhecer os bons resultados de execução, mas articulá-los a indicadores qualitativos referentes à participação, aos vínculos, à autonomia e ao acesso a direitos, utilizando essas informações para avaliar resultados e subsidiar eventual replanejamento metodológico.

B. A execução de 85% das atividades constitui evidência suficiente da efetividade do projeto, enquanto aspectos relacionados ao protagonismo e aos vínculos apresentam elevado grau de subjetividade e menor utilidade para decisões de gestão.

C. Os indicadores qualitativos devem prevalecer sobre os quantitativos, pois frequência, número de atividades e cobertura constituem informações administrativas que pouco contribuem para a análise pedagógica dos projetos socioeducativos.

D. A avaliação dos vínculos deve ser realizada após o encerramento definitivo do projeto, visto que modificações metodológicas durante a execução comprometem a comparabilidade entre os objetivos inicialmente formulados e os resultados alcançados.

E. O pedagogo deve registrar as dificulda-

des encontradas, preservando o planejamento original até o encerramento do ciclo, uma vez que monitoramento e avaliação constituem etapas distintas do processo e alterações durante a execução dificultam a avaliação final.

Em um CREAS, o pedagogo integra a equipe responsável pelo acompanhamento de uma família na qual coexistem violência intrafamiliar, infrequência escolar de duas crianças, sofrimento psíquico da responsável familiar e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Cada profissional inicialmente produz sua análise a partir de sua formação, mas a equipe percebe que a simples justaposição dos pareceres não está produzindo uma estratégia coerente de acompanhamento.

04. Nessa situação, a passagem de uma lógica predominantemente multidisciplinar para uma perspectiva interdisciplinar pressupõe:

A. preservar a produção autônoma das diferentes análises profissionais e reuni-las ao final do acompanhamento em um relatório comum, evitando interferências entre referenciais técnicos distintos e garantindo maior clareza na delimitação das competências.

B. construir espaços sistemáticos de diálogo nos quais diferentes saberes contribuam para uma compreensão compartilhada da situação e para estratégias articuladas de intervenção, preservando as competências profissionais sem reduzir a interdisciplinaridade à soma das especialidades presentes.

C. estabelecer um referencial profissional predominante para orientar o caso, de maneira que as demais especialidades atuem complementarmente e sejam reduzidas as divergências decorrentes das diferentes interpretações técnicas.

D. ampliar a quantidade de profissionais envolvidos no acompanhamento, pois a interdisciplinaridade decorre fundamentalmente da diversidade de especialidades presentes e da capacidade de cada uma produzir respostas próprias às demandas identificadas.

E. organizar uma divisão precisa das deman-

das — escolar para o pedagogo, socioeconômica para o assistente social e emocional para o psicólogo —, favorecendo respostas especializadas posteriormente articuladas pela coordenação do serviço.

Em um território atendido pelo CRAS, o pedagogo percebe que as ações dirigidas às famílias enfatizam repetidamente situações de pobreza, violência e fragilidade dos vínculos. Em diálogo com moradores, porém, identifica redes de solidariedade, coletivos juvenis, grupos culturais, associações comunitárias e estratégias locais de cuidado que raramente aparecem nos diagnósticos utilizados pela equipe. O profissional propõe incorporar essas informações ao planejamento.

05. Considerando a territorialização do trabalho socioeducativo, assinale a alternativa CORRETA:

A. A inclusão dessas informações pode enriquecer as atividades comunitárias, mas o diagnóstico técnico deve manter como eixo as vulnerabilidades objetivamente identificadas, pois potencialidades territoriais possuem maior pertinência para projetos culturais do que para a proteção socioassistencial.

B. O reconhecimento das potencialidades é relevante, embora deva ocorrer posteriormente à identificação das vulnerabilidades, evitando que manifestações de solidariedade comunitária atenuem a percepção técnica das situações de desproteção existentes.

C. O território deve ser interpretado a partir da relação entre riscos sociais e recursos institucionais disponíveis, enquanto práticas culturais e formas comunitárias de organização constituem elementos contextuais de menor incidência sobre o planejamento do pedagogo.

D. A proposta do pedagogo é adequada porque a leitura territorial deve apreender vulnerabilidades e potencialidades, reconhecendo relações, identidades, recursos comunitários e formas de organização que podem participar das estratégias de fortalecimento de vínculos, sem desresponsabilizar o Estado pela proteção social.

E. A valorização das redes comunitárias per-

mite transferir progressivamente determinadas ações de convivência aos próprios moradores, favorecendo autonomia territorial e reduzindo a necessidade de intervenção continuada dos serviços públicos.

Durante oficinas com famílias, o pedagogo percebe que determinados participantes permanecem silenciosos, enquanto outros monopolizam as discussões. Para enfrentar a situação, propõe trabalho em pequenos grupos, uso de recursos visuais, situações-problema e momentos de produção coletiva, mantendo espaço para quem não deseja relatar experiências pessoais. Outro profissional defende que todos deveriam falar publicamente para que a metodologia fosse efetivamente participativa.

06. Assinale a alternativa mais adequada.

A. A fala pública de todos constitui indicador necessário de participação, pois metodologias participativas dependem da manifestação verbal individual e da exposição das experiências pessoais para possibilitar construção coletiva.

B. A utilização de pequenos grupos pode favorecer participação, mas deve ser evitada quando o objetivo envolve fortalecimento de vínculos, uma vez que a fragmentação temporária do grupo reduz a construção de identidade coletiva entre os participantes.

C. A estratégia do pedagogo é coerente com metodologias participativas, pois diversifica formas de expressão, respeita ritmos e limites dos sujeitos e cria condições para participação significativa, sem confundir protagonismo com obrigatoriedade de exposição pessoal.

D. A participação dos usuários deve ser estimulada principalmente mediante perguntas previamente estruturadas pelo pedagogo, pois a ampliação excessiva das formas de expressão pode dificultar o cumprimento dos objetivos técnicos definidos para a oficina.

E. A resistência à fala pública indica que o grupo ainda não possui condições para metodologias participativas, sendo mais adequado retornar temporariamente às exposições técnicas até que os participantes desenvolvam maior confiança nos profissionais.

Uma escola comunica ao CRAS que três irmãos apresentam faltas frequentes e solicita que a assistência social "obrigue a família a garantir a presença dos estudantes". No acompanhamento, o pedagogo identifica jornada laboral instável da responsável, deficiência no transporte público, ausência de rede familiar de apoio e dificuldades na obtenção de atendimento de saúde para uma das crianças. O profissional propõe discussão conjunta entre família, escola, saúde e assistência social.

07. Considerando trabalho em rede e intersectorialidade, assinale a alternativa CORRETA:

A. A escola identificou adequadamente uma demanda educacional, cabendo ao CRAS atuar sobre as dificuldades familiares que comprometem a frequência, preservando a separação entre políticas para evitar sobreposição de responsabilidades institucionais.

B. A atuação intersetorial recomenda que o pedagogo assuma a coordenação do caso por envolver infrequência escolar, articulando as demais políticas em torno de um plano pedagógico comum orientado à permanência das crianças na escola.

C. O encaminhamento realizado pela escola transfere formalmente a demanda à assistência social, que deve verificar as condições familiares e posteriormente devolver à unidade educacional informações sobre as providências adotadas.

D. A situação exige intervenção prioritária sobre a família, pois dificuldades de transporte, trabalho e saúde constituem condicionantes relevantes, mas não alteram a responsabilidade dos responsáveis legais pela frequência escolar.

E. A proposta do pedagogo é adequada por deslocar a análise de uma lógica de culpabilização familiar para uma compreensão multidimensional da situação, favorecendo corresponsabilidade entre políticas e construção de respostas articuladas sem diluir as competências específicas de cada setor.

Em uma Unidade de Acolhimento, o pedagogo constata que um adolescente apresenta sucessivos conflitos na escola e

manifesta desejo de abandoná-la. A equipe sugere concentrar esforços na frequência escolar, enquanto o pedagogo propõe escutar o adolescente, dialogar com a escola, analisar seu percurso educacional e relacionar a questão ao Plano Individual de Atendimento e ao projeto de vida, articulando a rede quando necessário.

08. A respeito dessa atuação, assinale a alternativa CORRETA:

A. O pedagogo deve priorizar a garantia formal da matrícula e frequência, pois questões relacionadas à experiência escolar do adolescente pertencem ao campo educacional e devem ser analisadas pelos profissionais da escola.

B. A proposta é pertinente porque a dimensão pedagógica no acolhimento envolve mediação do acesso e da permanência em direitos educacionais, compreensão da trajetória do adolescente e articulação dessas experiências ao desenvolvimento da autonomia e ao projeto de vida.

C. O diálogo com a escola deve ocorrer após a estabilização dos conflitos na unidade, evitando que informações relacionadas ao acolhimento interfiram na avaliação pedagógica realizada pelos profissionais da educação.

D. A vinculação entre escolarização e Plano Individual de Atendimento é relevante, embora a construção do projeto de vida deva ocorrer após o desligamento do acolhimento, quando o adolescente possuir maior autonomia para definir suas escolhas.

E. A atuação pedagógica em unidades de acolhimento deve concentrar-se na organização da rotina interna, enquanto a articulação com escolas e demais serviços cabe prioritariamente à coordenação da unidade e aos profissionais responsáveis pelo acompanhamento social.

Ao elaborar os registros de um grupo socioeducativo, o pedagogo descreve objetivos, metodologia, participação dos usuários, dificuldades encontradas, alterações realizadas durante a execução e resultados percebidos. Um colega sugere registrar predominantemente frequência, datas e atividades executadas, argumentando que interpretações qualitativas poderiam tornar

os documentos excessivamente subjetivos.

09. Considerando a função dos registros no planejamento socioeducativo, assinale a alternativa CORRETA:

A. Os registros quantitativos devem constituir o núcleo documental dos projetos, enquanto observações qualitativas podem ser mantidas pelo pedagogo como anotações auxiliares sem integração necessária aos processos formais de monitoramento.

B. O registro das dificuldades metodológicas deve ser evitado nos documentos técnicos, pois pode ser interpretado como evidência de falha no planejamento, sendo mais adequado incorporá-las diretamente às alterações realizadas nas atividades posteriores.

C. O registro técnico deve privilegiar descrição factual e evitar análise profissional, pois monitoramento e avaliação exigem dados passíveis de comparação objetiva entre diferentes grupos e períodos.

D. O pedagogo pode produzir registros qualitativos detalhados, desde que estes substituam indicadores de frequência e execução, uma vez que os resultados relacionais constituem o núcleo da prática socioeducativa.

E. O registro deve combinar informações de execução e análise qualitativa pertinente, pois documenta o processo, favorece continuidade do trabalho, subsidia monitoramento e avaliação e oferece elementos para replanejamento, respeitando critérios éticos e evitando juízos moralizantes sobre os usuários.

No planejamento de uma ação conjunta envolvendo CRAS, escola, unidade de saúde e Conselho Tutelar, surgem divergências sobre o significado de "trabalho em rede". Alguns profissionais entendem que a rede funciona adequadamente quando existem serviços suficientes para receber encaminhamentos; outros defendem reuniões periódicas, pactuação de fluxos, discussão de situações complexas e definição compartilhada das responsabilidades institucionais. O pedagogo é chamado a contribuir para essa discussão a partir de sua experiência com famílias do território.

10. Assinale a alternativa que melhor expressa a concepção de trabalho em rede

e articulação intersetorial compatível com o SUAS.

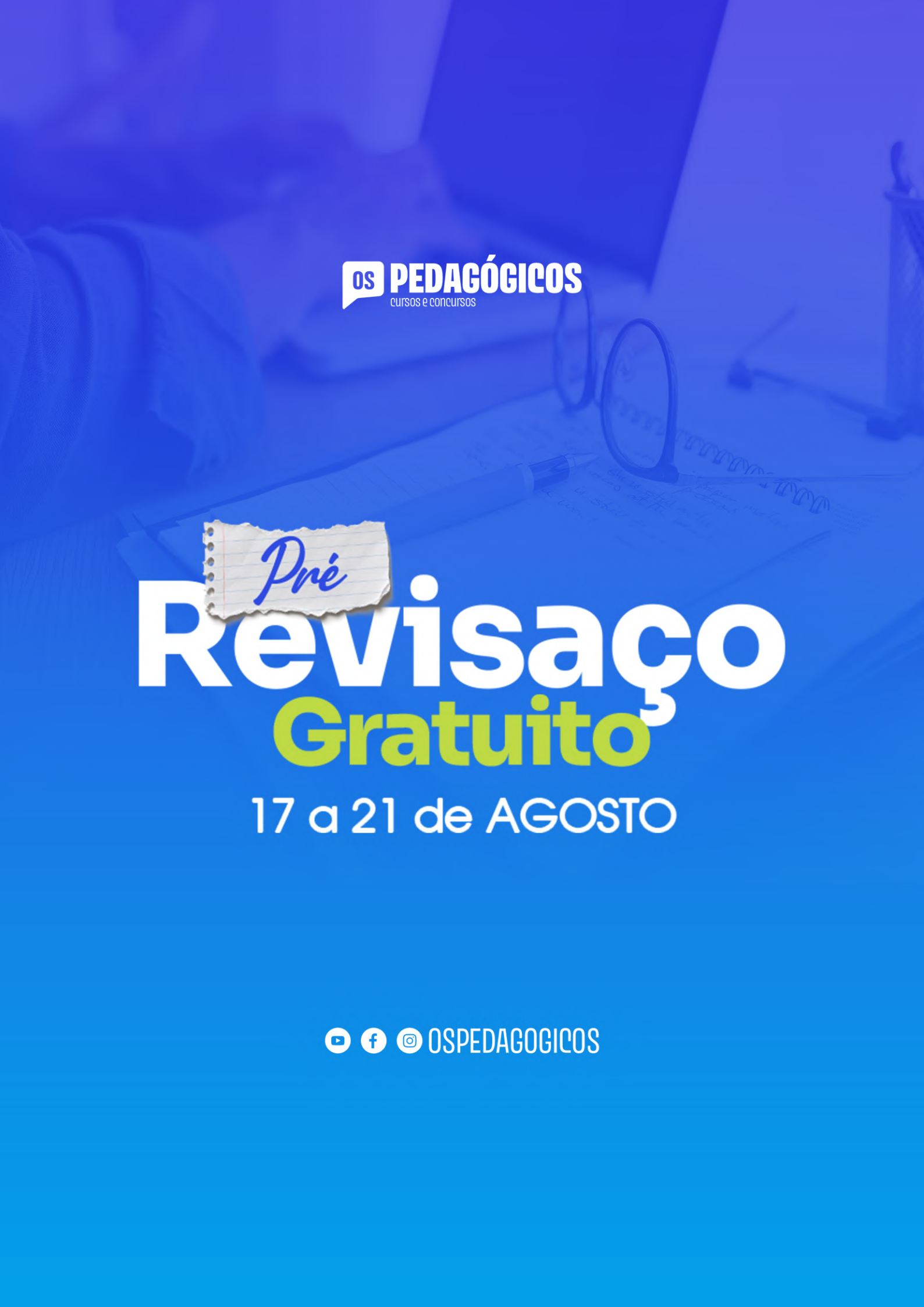
A. Uma rede pode ser considerada consolidada quando dispõe de quantidade suficiente de serviços especializados e fluxos formais de encaminhamento, ainda que a comunicação posterior entre as instituições ocorra de acordo com a necessidade identificada por cada setor.

B. A articulação intersetorial pressupõe construção de objetivos comuns para determinadas situações, comunicação entre os serviços, pactuação de responsabilidades e continuidade das ações, sem implicar fusão das políticas ou perda das competências institucionais específicas.

C. O trabalho em rede torna-se mais efetivo quando uma política assume a referência central de cada situação e as demais organizam suas intervenções segundo o planejamento definido pelo setor responsável, evitando decisões contraditórias.

D. A existência de reuniões periódicas caracteriza interdisciplinaridade e intersetorialidade, mesmo quando cada serviço preserva integralmente sua leitura e seus objetivos, pois a circulação das informações já produz integração suficiente entre as políticas.

E. A intersetorialidade deve ser mobilizada prioritariamente diante de violações graves de direitos, enquanto situações preventivas da Proteção Social Básica são mais bem atendidas por articulações internas à rede socioassistencial, reduzindo o risco de sobreposição entre políticas.

The background of the entire poster is a blue-tinted photograph of a desk. On the desk, there is a laptop, a pair of glasses, a pen, and some papers with handwritten notes. The overall aesthetic is clean and professional, with a focus on education and study.

Pré

Revisão Gratuito

17 a 21 de AGOSTO

